

POLÍTICA PÚBLICA GOVERNAMENTAL: UM ESTUDO ACERCA DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI DE 2005 A 2018

GOVERNMENTAL PUBLIC POLICY: A STUDY ABOUT THE UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM - PROUNI 2005 TO 2018

Eduardo dos Reis Silva 1
Camila Raquel Nunes Belfort 2
Thiago Sousa Silva 3
Wagner Vinícius Oliveira Silva 4
Maíra Assunção Macedo 5
Gabriela Paula de Andrade 6

Atualmente é Diretor Vice-Presidente da Empresa Júnior 1
de Consultoria, Estagiário do Setor Comercial da empresa Credishop S/A e
Acadêmico de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do
Maranhão - UEMASUL Campus Imperatriz. Tem experiência em Administração.
E-mail: eduardo16rs@hotmail.com

Graduação em administração pela Universidade Estadual 2
do Maranhão. Assessora administrativo da defensoria pública do Estado do
Maranhão. E-mail: camilabelfort23@hotmail.com

E-mail: admthiagosousa@hotmail.com 3

E-mail: wagnerv97@gmail.com 4

Graduanda em Direito pela Faculdade de Educação 5
Santa Terezinha - FEST (2018). Especialista em Metodologia do Ensino Superior
pelo Instituto Nordeste de Educação Superior - INESPO (2016). Especialista
em Ortodontia pela Associação Brasileira de Odontologia - ABO (2013).
Graduada em Administração pela Faculdade Estácio de Sá (2016). Graduada em
Odontologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
- FMU (2009). Professora de cursos de Pós-graduação no Instituto Nordeste
de Ensino Superior - INESPO nas disciplinas de Ética e Bioética, Saúde da
família, Saúde Coletiva e Aspectos da Saúde Bucal. Professora da Universidade
CEUMA - UNICEUMA nos cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia nas
disciplinas Saúde Coletiva I, Saúde Coletiva II e Metodologia Científica.
E-mail: maira.assuncao@hotmail.com

E-mail: gabrielaandrade_go@hotmail.com 6

Resumo: O Programa Universidade para Todos – ProUni é uma política pública educacional desenvolvida pelo Estado com o envolvimento de compromissos e ações que possibilitam o desenvolvimento cultural e social de um povo. O artigo apresenta uma pesquisa qualitativa e tem como objetivo realizar um estudo bibliográfico e documental sobre o ProUni enquanto política pública para expansão do ensino superior. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Diante dos resultados encontrados, o ProUni, sem sombra de dúvidas é de fundamental importância para a expansão do ensino superior no Brasil, não somente democratizando o acesso à egressos da rede pública, como também garantindo um bom negócio as instituições privadas em termos de renúncia fiscal.
Palavras-chave: ProUni. Educação. Superior. Democratização.

Abstract: The University for All Program - ProUni is an educational public policy developed by the State with the involvement of commitments and actions that enable the cultural and social development of a people. The article presents a qualitative research and aims to carry out a bibliographic and documentary study on ProUni as a public policy for the expansion of higher education. For that, a bibliographical and documentary research was conducted, with a qualitative approach. Given the results found, ProUni is undoubtedly of fundamental importance for the expansion of higher education in Brazil, not only democratizing access to egresses of the public network, but also ensuring a good business of private institutions in terms of tax waiver.

Palavras-chave: ProUni. Higher. Education. Democratization.

Introdução

Para Mead (1995), política pública é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. “O financiamento da educação superior é considerado um serviço público e se fará com recursos públicos e privados” (PEREIRA FILHO, 2011, p. 29).

Segundo Catani, Hey e Gilioli (2006), a expansão e democratização do ensino superior, enquanto política pública teve início na Reforma Universitária do governo Lula, passando por uma série de discussões e propostas, na criação do Programa Universidade para Todos (ProUni).

O Programa tem como objetivo, oferecer bolsas de estudos, parcial ou integral em instituições de ensino superior privada a estudantes de baixa renda (SEGENREICH, 2009). Ou seja, trata-se de uma política estratégica que visa solucionar a insuficiência de oferta na educação superior brasileira e atender às prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Sabe-se que o discurso de democratização do ensino superior, por meio do ProUni, recebeu muitas críticas, tanto na criação, como no decorrer do projeto ao longo deste período (2005-2018). Desta forma, pergunta-se: de que forma o ProUni tem expandido o ensino superior no Brasil?

O presente trabalho teve como objetivo principal, realizar um estudo bibliográfico e documental sobre o ProUni enquanto política pública para expansão do ensino superior, e objetivos secundários, conhecer como se deu a criação do ProUni; identificar os principais desafios enfrentados pelo ProUni; e verificar os principais beneficiários do ProUni, no espaço temporal de 2005-2018.

Para que o resultado desse trabalho se tornasse possível fez-se uso da pesquisa exploratória, na qual se utilizou o levantamento bibliográfico para embasamento teórico e documental para o levantamento dos dados e assim se chegar ao resultado.

Para facilitar o entendimento do leitor, esse artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a primeira seção traz as notas introdutórias. Na segunda seção, foram contempladas as considerações sobre as visões teóricas do Programa Universidade para Todos, na mesma seção traz Políticas Públicas, Condicionais do ProUni; e Bolsas Ofertadas e Distribuídas (2005-2018). Na terceira seção os procedimentos metodológicos, onde relata como a pesquisa foi desenvolvida e os resultados da pesquisa. Por fim, na quarta seção as considerações finais onde nos possibilitará perceber se os objetivos propostos foram alcançados.

O Programa Universidade Para Todos

Contexto Histórico das Políticas Públicas no Brasil

No final do século XX, principalmente a partir do final da década de 1970, período marcado por crises econômicas, sociais e políticas, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto nos *outputs* de suas ações na realidade social (HOCHMAN; ARRETCHÉ; MARQUES, 2007). Ainda segundo Hochman, Arretche e Marques (2007) os estudos na área de políticas públicas no Brasil iniciaram no fim da década de 70, a partir do início da democracia. Trevisan e Bellen (2008, p. 532), reforçam isso ao dizer que “a análise de políticas públicas experimentou um boom na década de 1980, impulsionada pela transição democrática”.

Os três motivos centrais da expansão dos estudos de políticas públicas foram: deslocamento da agenda pública, fim do período autoritário e a difusão internacional da ideia da reforma e aparelho do estado (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Nos últimos anos, vários estudos sobre políticas públicas foram publicados, disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação; criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para essa área; instituíram-se agências de fomento à pesquisa e linhas de financiamento (ARRETCHÉ, 2003). Para Souza (2006, p. 26), considera que as políticas públicas se configuram como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A

formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Para a autora, política pública, do ponto de vista analítico, se configuram como uma área da Ciência Política, “pois permite interface com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e a Economia” (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 12).

As políticas públicas podem ser compreendidas como “(...) o conjunto de iniciativas, ações, planos, programas, metas e estratégias traçados pelo Estado visando ao bem-estar da coletividade e ao interesse público” (LIMA; PACHECO, 2017, p. 494).

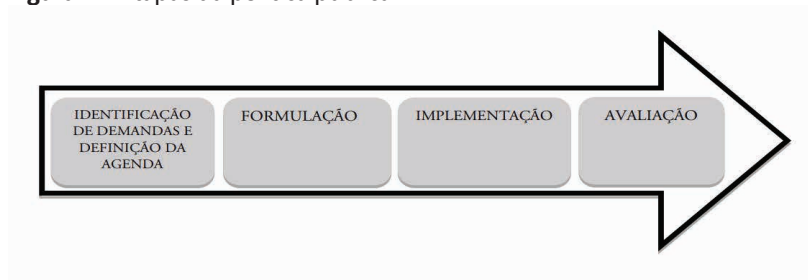
Políticas públicas são ações do governo que visam atender carências da sociedade relacionadas com o interesse econômico, político, social e cultural, tendo como responsável legal os detentores do poder público. Para tanto, por mais que a elaboração e aplicação das políticas públicas sejam de competência destes responsáveis, a sociedade civil e movimentos sociais podem propor propostas (TERRA, 2016).

Ainda segundo Terra (2016) as políticas públicas, geralmente, podem ter funções distributiva, redistributiva ou regulatória, cada qual possuindo suas particularidades, sendo estas apresentadas a seguir:

Distributiva: o Estado distribui bens ou serviços para toda a sociedade de um local, e os custos são arcados por meio da arrecadação de tributos pagos pelos cidadãos ao Estado. Exemplos: construção de escolas, conservação e limpeza urbana, construção de pontes, dentre outros.

- Redistributiva: os recursos são alocadas para beneficiar grupos específicos da população, a partir da extração de recursos provenientes de outros grupos específicos, visando garantir o cumprimento de direitos ou por diversas outras razões. Como exemplo dessa função temos os programas de renda mínima, como o bolsa família e os assentamentos de trabalhadores sem-terra.
- Regulatória: é a que estabelece leis, regras e normas que disciplinam determinadas atividades, ações ou comportamentos, como por exemplo a Legislação Trabalhista, o Código de trânsito, o Código Florestal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) etc.

Figura 1 – Etapas da política pública



Fonte: Silva et al. (2017).

Na primeira fase da etapa, identificação de demandas e definição da agenda, é feita a identificação dos problemas para uma questão, avaliando se existe alguma discrepância entre a situação atual e a situação ideal, em seguida, é inserido na agenda apenas os problemas relevantes para solucionar a questão. No entanto, tal atividade é dinâmica, onde os problemas podem entrar e sair da agenda de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência, buscando-se a melhor forma de resolução da questão. Na segunda fase, formulação, é levantada discussões que envolvem as ações que irão formar a política pública, definindo a área em que serão extraídos os recursos financeiros para sua implementação, preparando-se, também, o cenário político e econômico para aceitar a política. Na terceira fase, implementação, a política é aplicada através do Governo, administrando-se o tempo adequado, mediante o correto uso dos recursos financeiros e humanos disponíveis. E por fim, na quarta etapa, avaliação, como o próprio nome já diz, é realizada a avaliação dos resultados gerados a partir de indicadores que evidenciam os níveis de atingimento das metas,

com isso, é possível mensurar erros e acertos da política pública executada, visando melhorá-la (SILVA et al., 2017).

Percebe-se que, o ciclo das políticas públicas apresentado acima, proporciona organizar ideias e apresentar com mais exatidão as intenções políticas aos envolvidos. É um método sistemático de grande auxílio na estruturação de uma política pública.

Políticas Públicas Educacionais no Brasil

“Se políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação” (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 97). O autor ressalta ainda que educação é algo que transcende o ambiente escolar. É tudo aquilo que se aprende na rua, trabalho, igreja, família, resultando do ensino. Assim, tudo aquilo que incide diretamente no ambiente escolar (ensino-aprendizagem) e advém das decisões do governo (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010).

Bastos (2017, p. 2), define política pública educacional como “ações desenvolvidas pelo Estado com o envolvimento de compromissos e ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo”.

Ainda segundo o autor, essas ações dependem do envolvimento da sociedade e de instituições educacionais:

É preciso que haja uma relação harmônica entre o Estado, as entidades formadoras e a população, além da definição de algumas atividades avaliativas do planejamento dessas políticas, para a posterior busca de novas ações (BASTOS, 2017, p. 2).

Desde a década de 90, candidatos à presidência do Brasil traziam propostas que visam, de alguma forma, melhorar a educação brasileira. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foram desenvolvidos planos e programas educacionais, sendo eles: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Bolsa-Escola; e Plano Nacional de Educação (PNE). No governo Lula, as principais realizações na área educacional foram: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); o Programa Universidade para Todos (ProUni); a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Já no governo Dilma Rousseff, a ex-presidente continuou com os projetos de seu antecessor, Lula, e ainda, lançou novos programas, sendo eles o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciência sem Fronteiras (TERRA, 2016).

Percebe-se que, o governo federal, através do Ministério de Educação e Cultura – MEC, tem proporcionado programas educacionais que visam o resgate da qualidade da educação brasileira nas últimas décadas, como destaque cita-se: PROUNI – Programa Universidade para Todos e o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. São vários os programas, porém, este estudo tem como foco apenas o ProUni, enquanto política pública para expansão do ensino superior.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI

Segundo Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 136), o que o programa oferece é uma inserção precária dos pobres no espaço privado. Já Carvalho (2006, p. 133) chama a atenção para o fato de que “o ProUni promove uma política pública de acesso, mas não de permanência e conclusão do curso”. É como se o programa abrisse as portas para o ingresso de alunos no ensino superior, mas sem a preocupação com a conclusão do curso.

A partir de 2006, foi instituída a concessão de bolsas de permanência a estudantes do ProUni, desde que, com bolsa integral em utilização, estejam matriculados em cursos presenciais com, no mínimo, seis semestres de duração e cuja

carga horária seja superior ou igual a seis horas diárias de aula (SEGENREICH, 2009, p. 210).

Para Carvalho (2006), mesmo com o programa disponibilizando bolsas parciais e integrais, muitos estudantes não conseguem arcar com as despesas provenientes do ingresso no ensino superior.

O ProUni advém de uma medida provisória, regulamentada pelo nº 213, de 10 de setembro de 2004, porém, após várias modificações no Congresso Nacional, foi instituída pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005 (MUGNOL; GISI, 2012).

O ProUni tem como objetivo conceder bolsas de estudo, sejam parciais ou integrais a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou particulares. Além disso, oportunizam bolsas aos professores da rede pública de ensino, no exercício da função e aos portadores de necessidades especiais, indígenas e negros (MUGNOL; GISI, 2012).

Além de oportunizar bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de baixa renda, o ProUni isenta as instituições de ensino superior - IES participantes nos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL); Programa de Integração Social (PIS); e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (HAAS; PARDO, 2017).

Segundo Haas e Pardo (2017) a adesão ao ProUni por parte das IES privadas com fins lucrativos não é obrigatório. Para tanto, caso a instituição deseje ser voluntária no programa é necessário assinar um Termo de Adesão, com prazo de vigência de dez anos, contando a partir da data da assinatura, podendo este ser prorrogado por iguais períodos.

A Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, estabelece que as instituições com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, assinantes do termo de adesão, devem conceder uma bolsa integral, para cada 10,7 pagantes, e, como outra opção, devem oferecer uma bolsa integral para cada 22 pagantes, desde que ofereçam, adicionalmente, bolsas parciais de 50% e 25%, e o somatório dos benefícios atinja os 8,5% da receita bruta da IES.

Art. 5º- [...]

§4º [...] na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do PROUNI, efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou sequencial de formação específica (BRASIL, 2005).

Percebe-se que o ProUni, como política pública, beneficia dois atores sociais: alunos e IES com fins lucrativos.

O presente trabalho não tem como foco tratar as condições impostas as faculdades, bem como as contrapartidas, e sim, realizar um estudo bibliográfico e documental sobre o ProUni enquanto política pública para expansão do ensino superior, e objetivos secundários, conhecer como se deu a criação do ProUni; e, identificar os principais desafios enfrentados pelo ProUni; e, verificar os principais beneficiários do ProUni, no espaço temporal de 2005-2018.

Sendo assim, segue abaixo as principais condicionalidades impostas pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, que trata do ingresso do aluno na universidade privada, por meio do ProUni.

Condicionalidades do ProUni

Os estudantes que podem candidatar-se ao processo seletivo do ProUni são aqueles que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior, e obtiveram, no mínimo, 450 pontos na média das cinco provas do exame, não tendo zerado a redação (HAAS; PARDO, 2017).

Segundo Segenreich (2009, p.207-208) as condições para habilitação ao Programa Universidade para Todos (ProUni) são:

ser aprovado no exame do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem (nota mínima de 45 pontos);

preencher uma série de exigências concernentes à trajetória acadêmica ou ao perfil profissional do potencial participante: ter renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos, ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública, ou o Ensino Médio completo em escola privada com bolsa integral, ou ser portador de deficiência, ou, ainda, ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de Licenciatura, Normal Superior ou Pedagogia, sendo que, neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

O resultado do ENEM é usado como critério na distribuição da bolsa: integral ou parcial. Ou seja, quanto maior a nota, maiores as chances de conseguir 100% da bolsa de estudos.

De acordo com Brasil (2005) os candidatos a bolsas integrais ou parciais devem obedecer aos seguintes requisitos:

1. Bolsa integral: para estudantes com renda familiar per capita mensal de até um salário mínimo e meio (= R\$ 1.497,00, em janeiro de 2019).

2. Bolsa parcial: de 50% - para estudantes com renda familiar mensal por pessoa de até três salários mínimos (= R\$ 2.994,00 em janeiro de 2019). Bolsa 25% - para estudantes com renda familiar mensal por pessoa de até três salários mínimos (=R\$ 2.994,00, em janeiro de 2019).

A escolha da instituição ficará a cargo do candidato, que poderá escolher as IES que aderiram ao ProUni. Brasil (2005, p. 8) diz que “ao se inscrever, os estudantes selecionados poderão apontar até sete opções, em instituições ou cursos diferentes, de acordo com suas prioridades. Os cursos podem ser presenciais ou a distância [...]”.

Bolsas Oferecidas e Distribuídas (2005-2018)

O ProUni vem se constituindo como uma política que alcança números expressivos em relação à quantidade de estudantes matriculados no ensino privado com bolsas (integral ou parcial). A figura abaixo mostra as bolsas disponíveis no segundo semestre de 2018.

Figura 2 – Número de bolsas ofertadas pelo ProUni para o segundo semestre de 2018

Unidade da Federação	Número de bolsas			Unidade da Federação	Número de bolsas		
	Integral	Parcial	Total		Integral	Parcial	Total
Acre	259	360	619	Pará	1.663	2.864	4.527
Alagoas	523	220	743	Paraíba	1.278	1.337	2.615
Amazonas	1.205	1.526	2.731	Pernambuco	1.845	7.501	9.346
Amapá	282	101	383	Piauí	631	2.208	2.839
Bahia	4.599	7.811	12.410	Paraná	3.766	10.334	14.100
Ceará	1.322	3.598	4.920	Rio de Janeiro	4.355	513	4.868
Distrito Federal	1.765	9.445	11.210	Rio Grande do Norte	771	315	1.086
Espírito Santo	831	854	1.685	Rondônia	746	782	1.528
Goias	2.090	6.882	8.972	Roraima	170	101	271
Maranhão	1.441	10.931	12.372	Rio Grande do Sul	9.079	3.394	12.473
Minas Gerais	6.948	12.280	19.228	Santa Catarina	3.247	1.667	4.914
Mato Grosso do Sul	771	304	1.075	Sergipe	909	371	1.280
Mato Grosso	1.392	283	1.675	São Paulo	16.478	18.093	34.571
				Tocantins	518	1.330	1.848
				Total	68.884	105.405	174.289

Fonte: Brasil (2018).

Como pode ser observado na figura acima, o número total de bolsas em 2018.2 chegou a 174.289 em todo o país, com maior destaque para o estado de São Paulo, com 34.571.

O Ministério da Educação (MEC) é principal responsável por nomear uma comissão avaliadora, que recebe as inscrições por meio de um sistema disponível na internet (SISPROUNI) e

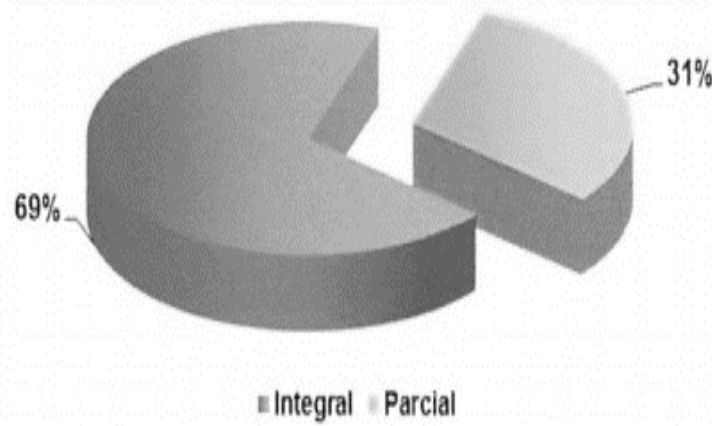
em seguida, no mesmo site, disponibiliza o resultado das bolsas (MUGNOL; GISI, 2012).

No ato da inscrição, o candidato poderá escolher a instituição e curso. Na sequência sua nota é avaliada de acordo com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Isso quer dizer que, quanto maior a nota, maiores as chances de ingressar na faculdade.

Mugnol e Gisi (2012), dizem que nos primeiros sete anos do programa, houve várias alterações na tentativa de evitar fraudes no processo, e principalmente irregularidades por parte das instituições credenciadas, evitando que atenda menos bolsistas do que o declarado na isenção fiscal, conforme descrito na Lei nº 12.431.

Segundo informações do site oficial do SISPROUNI, de 2005, ano de sua criação até o segundo semestre de 2018, 2.475.435 estudantes foram contemplados, sendo 69% bolsa integral e 31% bolsa parcial, conforme Figura 3.

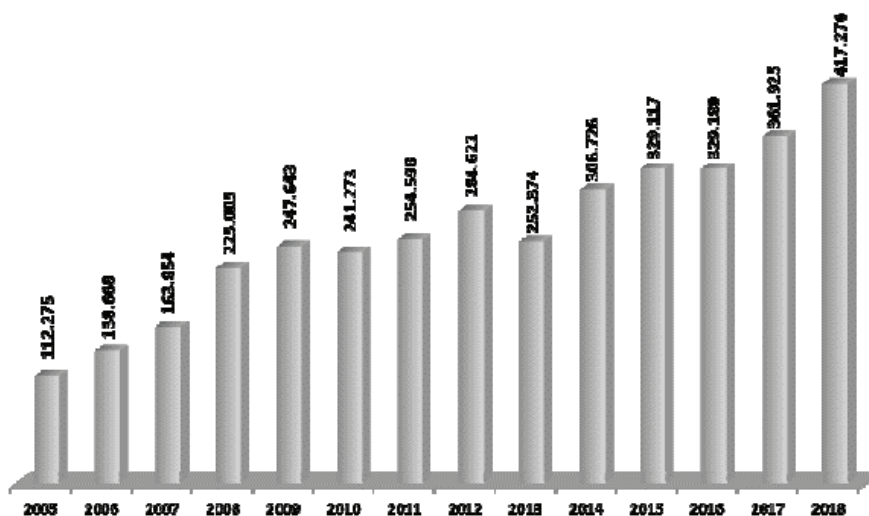
Figura 3 – Bolsistas por tipo de bolsa (2005 à 2018)



Fonte: Brasil (2018).

As estatísticas oficiais do MEC de evolução das bolsas (integrais e parciais) ofertadas no período 2005-2018, disponibilizadas pelo estado brasileiro nas instituições privadas vem aumentando progressivamente desde a implantação do Programa, como pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 - Bolsas do ProUni, de 2005 a 2018

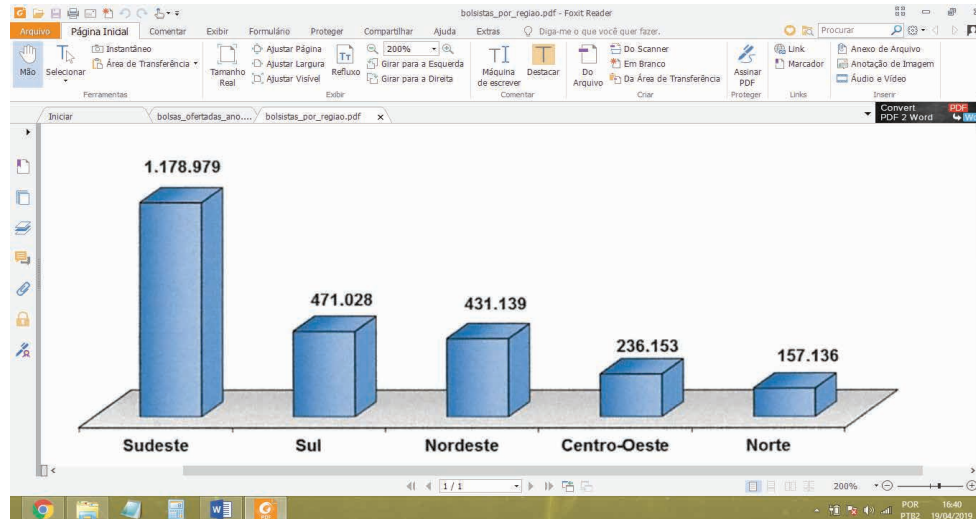


Fonte: Brasil (2018).

Se desmembradas por região geográfica, ratificam essa preocupação ao observarmos a região norte com um número bem inferior as demais regiões. Segenreich (2009) ratifica essa preocupação, pois nesta região há poucas instituições particulares, como pode ser observado na

Figura 5.

Figura 5 - Distribuição das bolsas do ProUni por região, de 2005 a 2018



Fonte: Brasil (2018).

O MEC não apresenta uma lista de IES ingressantes do Programa. É possível apenas encontrar a evolução das bolsas parciais e integrais por município.

Para Catani, Hey e Gilioli (2006) aponta como possibilidade o oferecimento de cursos a distância e reforça que muito precisa ser melhorado no que se refere a transparência na divulgação e tratamento dos dados.

Procedimentos Metodológicos

Diante do exposto anteriormente, esta pesquisa se enquadra exploratória, com abordagem qualitativa, identificada com as ciências naturais e parte-se do pressuposto de que fenômenos presentes no contexto organizacional e nas situações de trabalho são mensuráveis (OLIVEIRA, 2007). A parte inicial da pesquisa foi de cunho bibliográfico, fundamentada em livros e artigos. “A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público” (VERGARA, 2009, p. 43).

A presente discussão se utilizará dos dados das bases de dados do MEC, levando-se em consideração o intervalo de tempo de 2005-2018, permitindo verificar as principais regiões beneficiárias do ProUni. Os dados coletados na pesquisa foram tabulados em planilha eletrônica, tratados usando métodos estatísticos (análise descritiva) e submetidos à análise.

Considerações Finais

Em relação ao objetivo geral realizar um estudo bibliográfico sobre o ProUni enquanto política pública de expansão do ensino superior público, possibilita afirmar que o número de estudantes que chegaram à universidade brasileira aumentou consideravelmente a despeito do avanço da educação nos últimos anos, mas, de forma qualitativa, esta área apresenta ainda grandes desafios a serem enfrentados.

Contudo, percebe-se que de acordo com os resultados obtidos, a metodologia utilizada através do acervo bibliográfico, foi insuficiente para realização do trabalho.

Diante dos resultados encontrados, o ProUni, sem sombra de dúvidas, é de fundamental importância para a expansão do ensino superior público no Brasil. Não somente democratizando o acesso à egressos da rede pública, como também garante um bom negócio as instituições privadas em termos de renúncia fiscal.

Referências

ARANHA NETO, Marineide de Oliveira. **Compreendendo a dinâmica de inclusão e/ou exclusão de alunos bolsistas do ProUni**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-10, fev. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100001>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BASTOS, Manoel de Jesus. Políticas Públicas na Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 1. p. 253-263, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos**. 2018. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria - Geral da Presidência da República, 2005.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para o ensino superior no Brasil (1995-2008)**. Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA, J. R. S. Jr.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006. p. 125-139.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Análise PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior?** Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 125-140, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

HAAS, Celia Maria; PARDO, Rosângela da Silva. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 718-740, dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000300008>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p. ISBN 978-85-7541-350-0. Available from SciELO.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. **As Políticas Públicas e o Direito à Educação: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 489-504, abr.-jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017167752>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MEAD, Lawrence. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents (newsletter Of The Public Policy Section, Apsa)**. [s. l.], p. 1-4. fev. 1995.

MUGNOL, Márcio; GISI, Maria Lourdes. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: os resultados do ProUni. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://>>

www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2022/970. Acesso em: 16 fev. 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**, Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. **Perfil de Jovens Universitários Bolsistas do Proni: um estudo de caso na Unisinos**. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro-posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 205-222, mai.-ago. 2009. Disponível em: <<http://flacco.redelivre.org.br/files/2012/07/266.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, Allan Gustavo Freire da et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-5269.72132>>. Acesso em: 16 fev. 2019

SOUZA, Celina. **Política públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

TERRA, Márcia de Lima Elias (Org.). **Políticas públicas e educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, mai.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Recebido em 27 de abril de 2019.

Aceito em 24 de junho de 2019.